

Um orçamento à espera de “sorte” para ser cumprido

A Associação Empresarial de Portugal considera que a previsão de crescimento do PIB do Governo é demasiado optimista

● O presidente da Associação Empresarial de Portugal (AEP) afirmou ontem que o Orçamento de Estado (OE) para 2009 será “difícil de cumprir” por ser demasiado ambicioso quanto às metas de crescimento.

“É um Orçamento de Estado que vai ser difícil de cumprir. Vamos precisar de sorte e que uma série de coisas que não dependem de nós, e estão na envolvente, corram bem”, afirmou José António Barros.

“Se as coisas voltarem a derrapar à escala internacional, só por milagre o orçamento poderia ser cumprido”, acrescentou durante um encontro com jornalistas, no Porto.

Para o presidente da AEP, o crescimento de 0,6 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) previsto no documento para 2009 é uma meta demasiado “ambiciosa”.

“Não digo que se fique nos 0,1 por cento que foram recentemente apontados pelo FMI [Fundo Monetário Internacional], mas 0,6 por cento é uma meta ambiciosa”, considerou.

Já relativamente ao aumento previsto de 2,9 por cento nos salários da função pública, José António Barros é taxativo ao afirmar que “é excessi-

vo” e defende que o Governo deveria ter ficado, “no máximo, nos 2,5 por cento”.

Isto porque, salientou, ao assumir-se como “um marco de referência para a contratação colectiva de todos os sectores da actividade industrial”, este valor “vai implicar um crescimento muito grande do custo salarial”.

“Vamos novamente perder competitividade”, concluiu.

Segundo salientou José António Barros, “não é a função pública que está em causa”, até porque esta tem visto o seu poder de compra reduzido nos últimos anos, mas o impacto no sector privado, “particularmente no sector produtivo e exportador”.

Este, antecipou, “vai ter muita dificuldade em reflectir este aumento dos custos”, o que fará “descer mais ainda” a já “fraca produtividade” portuguesa.

Para o líder da AEP, este não é um orçamento eleitoralista, mas “obviamente terá na sua génese vários tipos de preocupações”, entre as quais as eleições legislativas do próximo ano.

“Quando se faz um orçamento destes pesa tudo. Não direi que é um orçamento eleitoralista, mas um Governo seria suicida se não considerasse também esse aspecto. Se eu lá estivesse faria a mesma coisa”, admitiu José António Barros.

Globalmente, o presidente da AEP considera que o OE para 2009 está “bem construído”,

salientando ser “muito difícil fazer um orçamento neste momento”.

É que, frisou, é preciso manter o défice “em valores contidos” e, simultaneamente, “fazer crescer o investimento público, de forma a funcionar aciclicamente em apoio da economia privada”.

Relativamente ao valor do défice apontado no documento, de 2,2 por cento, o líder da AEP entende que é “um número interessante”, mas poderia ir mais além.

“Parece-me um número interessante [2,2 por cento], porque deixa escorregar um pouco o défice e um orçamento muito restritivo seria um erro face à conjuntura económica, mas teríamos gostado que tivesse ido para 2,5 ou 2,6 por cento”, sustentou. **Lusa**



Líder da AEP diz que aumento na função pública devia ficar em 2,5 por cento